Revista Eletrônica
Acervo Saúde
Electronic Journal Collection Health ISSN 2178-2091

Vulnerabilidade às infecções sexualmente transmissíveis em trabalhadores da segurança pública

Vulnerability to sexually transmitted infections among public security workers

Vulnerabilidad a las infecciones de transmisión sexual en trabajadores de la seguridad pública

Meillyne Alves dos Reis[1], Sara Oliveira Souza[2], Carlos Magno Rodrigues Alves[3], Daniel Matos Ribeiro[3], Joicy Mara Rezende Rolindo[4], Arthur Rolindo de Melo[4], Flávia Alves Amorim Souza Sales[5], Janaína Valadares Guimarães[2], Marcos André de Matos[2].

RESUMO

Objetivo: Analisar o que há descrito na literatura científica acerca da vulnerabilidade e fatores associados à aquisição de infecções sexualmente transmissíveis (IST) nos trabalhadores da segurança pública (TSP). **Métodos:** Revisão integrativa da literatura (RIL). A busca realizou-se nos meses de outubro/dezembro de 2025 nas bases de dados: Base de Dados de Enfermagem (BDENF); Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); *National Library of Medicine* (PubMed/MEDLINE); *Scientific Electronic Library Online* (SciELO); *SciVerse Scopus* e *Web of Science*. **Resultados:** Foram incluídos 16 estudos. Houve maior incidência de ISTs entre homens. A ocorrência associou-se a múltiplos parceiros no último ano, envolvimento com profissionais do sexo, práticas grupais e sexo sem preservativo. Identificou-se baixa adesão ao uso de preservativos, inclusive em relações extraconjugais entre casados. O uso de substâncias psicoativas, lícitas e ilícitas, mostrou associação consistente com maiores taxas de infecção, ampliando a vulnerabilidade nesse grupo. **Considerações finais:** Os estudos indicam alta prevalência de ISTs entre policiais, associada a comportamentos sexuais de risco e conhecimento insuficiente, o que exige ações educativas e promoção do uso de preservativos. Apesar das lacunas, os achados orientam políticas de prevenção e cuidado, com prioridade à saúde sexual, ao bem-estar dos profissionais e à segurança pública.

Palavras-chave: Polícia, Infecções sexualmente transmissíveis, Vulnerabilidade em saúde, Comportamento sexual.

ABSTRACT

Objective: To analyze what is described in the scientific literature regarding vulnerability and the factors associated with the acquisition of sexually transmitted infections (STIs) among public security workers (PSWs). **Methods:** Integrative Literature Review (ILR). The search was carried out in October/December 2025 in the following databases: Nursing Database (BDENF); Latin American and Caribbean Health Sciences Literature (LILACS); National Library of Medicine (PubMed/MEDLINE); Scientific Electronic Library Online (SciELO); SciVerse Scopus and Web of Science. **Results:** Sixteen studies were included. A higher incidence of STIs was observed among men. Occurrence was associated with multiple partners in the previous year, involvement with sex workers, group practices, and condomless sex. Low adherence to condom use was identified, including in extramarital relationships among married individuals. The use of psychoactive substances, both licit and illicit, showed a consistent association with higher infection rates,

[1] Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade Universitária de Ceres (UnU-Ceres), Ceres – GO.
[2] Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia – GO.
[3] Faculdade Científica de Ensino e Pesquisa (FACEP), Goiânia – GO.
[4] Universidade Evangélica de Goiás (UniEVANGÉLICA), Anápolis – GO.
[5] Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Goiânia – GO.

SUBMETIDO EM: 2/2026 | **ACEITO EM: 3/2026** | **PUBLICADO EM: 4/2026**

increasing vulnerability in this group. **Final considerations:** Studies indicate a high prevalence of STIs among police officers, associated with sexual risk behaviors and insufficient knowledge, which requires educational actions and the promotion of condom use. Despite existing gaps, the findings inform prevention and care policies, prioritizing sexual health, professionals' well-being, and public safety.

Keywords: Police, Sexually transmitted infections, Health vulnerability, Sexual behavior.

RESUMEN

Objetivo: Analizar lo descrito en la literatura científica acerca de la vulnerabilidad y los factores asociados a la adquisición de infecciones de transmisión sexual (ITS) en trabajadores de la seguridad pública (TSP). **Métodos:** Revisión integrativa de la literatura (RIL). La búsqueda se realizó entre octubre y diciembre de 2025 en las siguientes bases de datos: Base de Datos de Enfermería (BDENF); Literatura Latinoamericana y del Caribe en Ciencias de la Salud (LILACS); National Library of Medicine (PubMed/MEDLINE); Scientific Electronic Library Online (SciELO); SciVerseScopus y Web of Science. **Resultados:** Se incluyeron dieciséis estudios. Se observó una mayor incidencia de ITS en los hombres. La ocurrencia se asoció con múltiples parejas en el último año, contacto con trabajadores sexuales, prácticas grupales y relaciones sin preservativo. Se identificó baja adhesión al uso del condón, incluso en relaciones extramatrimoniales entre personas casadas. El consumo de sustancias psicoactivas, lícitas e ilícitas, mostró una asociación consistente con mayores tasas de infección, lo que incrementa la vulnerabilidad en este grupo. **Consideraciones finales:** Los estudios indican una alta prevalencia de ITS entre policías, asociada a conductas sexuales de riesgo y conocimiento insuficiente, lo que exige acciones educativas y la promoción del uso de preservativos. A pesar de las lagunas, los hallazgos orientan políticas de prevención y atención, priorizando la salud sexual, el bienestar de los profesionales y la seguridad pública.

Palabras clave: Policía, Infecciones de transmisión sexual, Vulnerabilidad en salud, Comportamiento sexual.

INTRODUÇÃO

As infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) representam um grave problema de saúde pública global, haja vista seu impacto na saúde sexual e reprodutiva dos indivíduos infectados e de seus parceiros (REIS MA dos, et al. 2024; WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2022). Estima-se que mais de 1 milhão de ISTs sejam adquiridas diariamente em todo o mundo, acometendo principalmente pessoas entre 15 e 49 anos, sendo a grande maioria delas assintomáticas (WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO, 2022).

Como muitas ISTs são assintomáticas ou causam sintomas inespecíficos, seu diagnóstico ocorre, na maioria das vezes, tardiamente, podendo fazer com que elas se disseminem sem controle e sejam transmitidas involuntariamente (WHO, 2022). Tal fenômeno potencializa a estigmatização, a infertilidade, a incidência de câncer e as complicações na gravidez. Além disso, ainda pode aumentar significativamente o risco de adquirir HIV (*Human Immunodeficiency Virus*) (WIHLFAHRT K, et al. 2023).

Em 2015, o Ministério da Saúde (MS) oficializou a utilização do termo IST ao lançar o primeiro Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para prevenção da transmissão vertical de HIV, sífilis e hepatites virais (BRASIL, 2015). A partir de novembro de 2016, o Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais passou a usar a nomenclatura IST no lugar de doenças sexualmente transmissíveis (DST). A nova denominação foi formalizada pelo Decreto nº 8.901/20165 (BRASIL, 2016).

As IST são causadas por mais de 30 patógenos, incluindo vírus, bactérias, fungos e protozoários, que são transmitidos por contato sexual, mas também ocasionalmente por contato com secreções, e ainda durante gravidez, parto ou amamentação (BRASIL, 2016; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS, 2018).

Embora as ISTs estejam distribuídas em todas as regiões do mundo, as estimativas de sua incidência e prevalência populacionais ainda são limitadas. Apesar dessas infecções serem curáveis e evitáveis, são consideradas uma epidemia global. Apresentam variações regionais distintas e podem ser negligenciadas, principalmente em países de baixa renda (NEWMAN L, et al., 2015).

Nesse cenário, evidencia-se a necessidade de investigações que ultrapassem análises gerais e considerem contextos socioprofissionais específicos, nos quais fatores ocupacionais, comportamentais e institucionais podem influenciar tanto a vulnerabilidade às infecções quanto o acesso às estratégias de prevenção e cuidado. Assim, a análise de grupos profissionais torna-se relevante para compreender a dinâmica das ISTs em realidades concretas. Entre policiais militares (PM) da Região Centro-Oeste, por exemplo, recentemente foram registradas prevalências de ISTs e sífilis de 14,0% e 6,8%, respectivamente (MELO NETO JR, et al., 2019). Esses dados são alarmantes, uma vez que a prevenção, o rastreamento, a disponibilização de teste rápido de triagem, o diagnóstico e o tratamento são gratuitos, simples, efetivos e estão disponíveis nos serviços públicos do Sistema Único de Saúde (SUS) há mais de duas décadas, tendo sido normatizados pela Portaria nº 3.242, de 30 de dezembro de 2011 (BRASIL, 2011).

Entre os grupos populacionais vulneráveis, os trabalhadores da segurança pública (TSP) constituem uma categoria profissional com especificidades relacionadas ao risco, uma vez que suas atividades envolvem dimensões laborais, ambientais e relacionais singulares (PEREIRA GK, et al., 2021; ZEMKE JN, et al., 2019).

Estudos evidenciam que a vulnerabilidade dos TSP ultrapassa os riscos ocupacionais tradicionais, sendo influenciada por fatores estruturais do trabalho, como organização laboral, relações socioprofissionais, reconhecimento, desenvolvimento profissional e a interface entre trabalho e vida social (FUTINO RS e DELDUQUE MC, 2020; SOUZA ER, et al., 2013).

A Constituição Federal (CF) de 1988, em seu art. 144, define a segurança pública como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, com a finalidade de preservar a ordem pública. Essa atribuição cabe a diferentes órgãos, como a Polícia Federal (PF), a Polícia Rodoviária Federal (PRF), a Polícia Ferroviária Federal (PFF), as Polícias Civis (PC), as Polícias Militares (PM) e os Corpos de Bombeiros Militares (CBM) (BRASIL, 1988). Diante do exposto o estudo objetivou analisar o que há descrito na literatura científica acerca da vulnerabilidade e fatores associados à aquisição ISTs nos TSP.

MÉTODOS

Trata-se de um de revisão integrativa da literatura (RIL) (WHITTEMORE R e KNAFL K, 2005) realizada de acordo com etapas metodológicas na prática baseada em evidências (PBL) proposta na literatura e recomendações do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA) (PAGE MJ, et al., 2021; MOTHER D, et al., 2009).

O estudo seguiu seis etapas: elaboração da questão da pesquisa; estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; definição das informações a serem extraídas dos estudos; avaliação dos estudos incluídos; interpretação dos resultados e síntese do conhecimento (WHITTEMORE R e KNAFL K, 2005).

As buscas foram realizadas nas bases de dados: Base de Dados de Enfermagem (BDENF); Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); *National Library of Medicine* (PubMed/MEDLINE); *Scientific Electronic Library Online* (SciELO); *SciVerse Scopus* e *Web of Science*, via Portal de Periódicos da CAPES por meio do acesso à Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) por todos os pesquisadores (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020).

A estratégia para a busca na literatura e a definição do problema de pesquisa basearam-se no acrônimo PECO (STETLER CB, et al., 1998). Onde: (P – população: homens e mulheres TSP; E – exposição: ser profissional da segurança pública; C – comparador: população em geral; O – resultados (do inglês outcomes): doenças sexualmente transmissíveis/infecções sexualmente transmissíveis) (**Quadro 1**). A revisão procurou responder às seguintes perguntas norteadoras: Os TSP são mais vulneráveis para adquirir ISTs e há fatores que se associam a tal vulnerabilidade?

Quadro 1 - Elaboração da pergunta de pesquisa.

	P	E	C	O
Definição do Acrônimo	**População**	**Exposição**	**Comparador**	**Resultados [outcome]**
Componentes da pergunta	Homens e mulheres TSP	Ser profissional da segurança pública	População em geral	DST ou IST

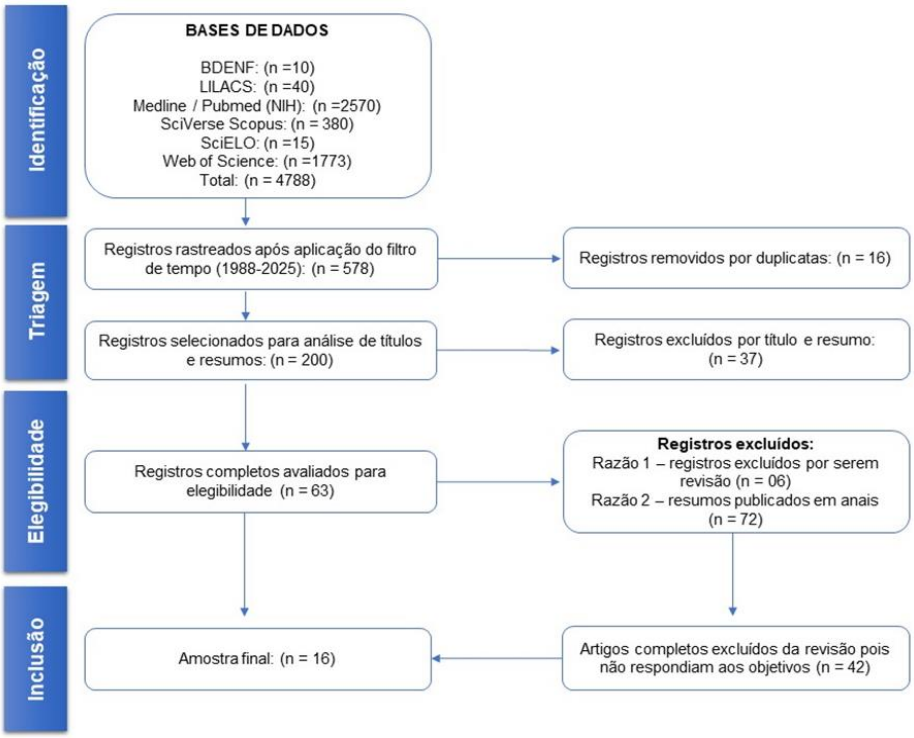
Fonte: Reis MA dos, et al., 2026.

A estratégia de busca foi estruturada a partir da seleção de descritores controlados e não controlados, definidos com base nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCs) /*Medical Subject Headings* (MeSH): Polícia; *Police*; *Policia*; Infecções Sexualmente Transmissíveis; *Sexually Transmitted Diseases*; *Infecciones de Transmisión Sexual;* Vulnerabilidade em Saúde; *Health Vulnerability*; *Vulnerabilidad en Salud*; Comportamento Sexual; *Sexual Behavior*; Comportamiento Sexual.

Posteriormente, os termos foram adaptados às especificidades de cada base de dados, preservando a articulação entre descritores controlados e não controlados. A estratégia de busca utilizada para o Medline/PubMed foi a seguinte: ALL=(Polícia OR Police OR Policia AND Infecções Sexualmente Transmissíveis OR Sexually Transmitted Diseases OR Infecciones de Transmisión Sexual AND Vulnerabilidade em Saúde OR Health Vulnerability OR Vulnerabilidad en Salud AND Comportamento Sexual OR Sexual Behavior OR Comportamiento Sexual).

A pesquisa foi realizada nos meses de outubro a dezembro de 2025. Utilizou-se o *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta Analyses flowdiagram* (PAGE MJ, et al., 2021; MOTHER D, et al., 2009) para documentar o número de artigos em cada estágio de triagem (**Figura 1**).

Figura 1 - Documentação dos números de artigos em cada etapa da triagem.



Fonte: Reis MA dos, et. al., 2026. Elaborado pelos autores com base nas diretrizes de *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA).

Foram incluídos estudos que abordassem TSP e infecção por *Treponema pallidum*, publicados nos idiomas português, inglês ou espanhol, com texto completo disponível em acesso aberto, classificados como artigos originais (pesquisas de campo ou estudos documentais com dados secundários) e que apresentassem os descritores previamente definidos no título ou no resumo. Considerou-se o período de publicação entre 1988 e 15 de dezembro de 2025, delimitado em função da relevância histórica e epidemiológica associada ao tema investigado.

Essa linha de corte temporal justifica-se pelo fato de que, em 1988, a CF estabeleceu a segurança pública como um dever do Estado e um direito e responsabilidade de todos, devendo ser exercida para preservação da ordem pública, com a atuação de órgãos como PM, PRF, PFF, PC e CBM (BRASIL, 1988).

Complementarmente, foram estabelecidos critérios de exclusão com o objetivo de garantir a consistência metodológica da amostra analisada. Assim, foram excluídos estudos que não abordaram diretamente o objeto de estudo; pesquisas desenvolvidas em animais; artigos de revisão, teses, editoriais, cartas, manuais e resumos de congresso (literatura cinzenta); bem como publicações sem delineamento metodológico claramente definido, como revisões narrativas e análises documentais.

Para a seleção dos resumos, analisou-se o nível de evidência científica dos estudos conforme o sistema de classificação da *Agency for Healthcare Research and Quality* (STETLER CB, et al., 1998). Os estudos foram avaliados de forma independente por dois revisores, mediante análise dos títulos e resumos, a fim de verificar a conformidade com os critérios de inclusão previamente estabelecidos. Para apoiar o processo de seleção e organização das referências, utilizou-se o *software Rayyan* (ESCALDELAI FMD, et al., 2023; OUZZANI M, et al., 2016). Eventuais divergências entre os revisores foram resolvidas por consenso e, quando necessário, por meio da avaliação de um terceiro revisor, com o objetivo de reduzir potenciais vieses na seleção dos estudos.

O *Rayyan* é um software gratuito e de fácil acesso, disponível em versão web e para dispositivos móveis, desenvolvido para apoiar e acelerar a triagem de títulos e resumos por meio de recursos de semiautomação, aliados a elevada usabilidade. Sua utilização contribui para tornar o processo de revisões mais ágil e eficiente para os pesquisadores (ESCALDELAI FMD, et al., 2023; OUZZANI M, et al., 2016).

O procedimento de extração dos dados seguiu as recomendações do capítulo 7 do manual dos revisores do Centro de Excelência do Instituto *Joanna Brigges* (JBI) (MOOLA S, et al., 2020) e as informações foram tabuladas em uma planilha elaborada pelos autores no *Microsoft Office Excel*®.

A extração dos dados foi realizada de forma padronizada, contemplando as seguintes informações: autores, ano de publicação, periódico, características metodológicas (delineamento do estudo, participantes, tamanho da amostra e procedimentos de coleta de dados), desfechos investigados e respectivas medidas utilizadas, bem como métodos empregados na análise dos dados. Com base nessas informações, procedeu-se à síntese dos resultados, apresentada de forma descritiva e sistematizada em quadros.

O estudo ensejou a elaboração de um protocolo que foi registrado no *International Prospective Register of Systematic Reviews* (PROSPERO); http://www.crd.york.ac.uk/PROSPERO/; número de registro: CRD42023422458, seguindo as normativas do PRISMA (PAGE MJ, et al., 2021; MOTHER D, et al., 2009). O presente artigo compõe a tese de doutorado intitulada "Infecção pelo Treponema Pallidum em Trabalhadores da Segurança Pública: Prevalência, Fatores Associados e Percepção de Vulnerabilidade".

RESULTADOS

Inicialmente, foi identificado um total de 4788 artigos. Após a análise dos títulos e resumos, 200 artigos foram selecionados para inclusão no estudo. Posteriormente, após um processo criterioso de seleção, análise e aplicação de critérios de exclusão, 115 estudos foram removidos, resultando em uma amostra final composta por 16 artigos. No **Quadro 2**, os artigos foram dispostos em número, autor / ano, principais achados e país.

Quadro 2 - Principais achados segundo o número, número de referência, autor/ano, principais achados e país.

Nº	Número de Referência	Autores / Ano	Principais Achados	País
1	8	DOURADO CAR de O, et al. (2024)	O comportamento sexual inseguro ocorreu em 1.329 indivíduos (79,2%) e associou-se à idade, estado civil, dependência de álcool e coerção sexual. Pessoas com mais de 35 anos (RP=1,20), casadas ou em união estável (RP=1,09), com dependência de álcool (RP=1,22) e que praticaram coerção sexual (RP=1,22) apresentaram maior prevalência. Conclusão: Os resultados indicam dinâmica específica nesse grupo e reforçam a necessidade de ampliar ações preventivas e protetoras.	Brasil
2	28	REIS MA dos, et al., (2023)	Os achados revelam a baixa percepção de conhecimento sobre sífilis, a sensação de invulnerabilidade e a baixa adesão ao uso de preservativos entre as mulheres na força policial. Esses resultados reforçam a necessidade de programas eficazes de intervenção para prevenir essa infecção, que tem proporções epidêmicas e projeções de aumento, entre as trabalhadoras da segurança pública.	Brasil
3	10	FERNANDES PMAP e OLIVEIRA HC de (2022)	Os resultados mostraram que 60,2% das participantes eram solteiras, 24,5% casadas e 14,8% viviam em união estável. A maioria relatou conhecimento prévio sobre HPV (96,4%), vida sexual ativa (93,9%) e diagnóstico de HPV (91,8%). Os dados indicam a necessidade de um plano de intervenção direcionado à saúde da mulher militar, com foco na atualização de conhecimentos sobre HPV e no fortalecimento da prevenção, do diagnóstico e do tratamento precoce do câncer do colo do útero.	
4	29	SHERMAN SG, et al. (2021)	Explorar longitudinalmente a prevalência e os correlatos de ter policiais como clientes entre uma coorte de mulheres que trabalham com sexo na rua na cidade de Baltimore, Maryland, Estados Unidos. As 250 participantes do estudo tinham policiais como clientes fixos (exporádica ou regularmente). No geral, 24,8% (n = 62) delas relataram ter tido clientes recentes da polícia em qualquer momento.Em análise múltipla, os fatores que permaneceram independentemente associados a ter clientes recentes da polícia foram prisão recente (aOR, 1,76; IC95%, 1,03–2,99; *P* = 0,037), sexo forçado ou coagido pela polícia (aOR, 4,47; IC95%, 1,79–11,12; *P* = 0,001), maior número de práticas policiais flagrantes experimentadas (aOR, 1,77; IC95%, 1,38–2,29; *P*< 0,001) e ter IST (aOR, 2,43; IC95%, 1,46–4,04; *P* = 0,001). Os resultados indicam a associação polícia–cliente como uma forma de violência e vulnerabilidade às ISTs.	Estados Unidos
5	15	MELO NETO JR, et al. (2019)	Avaliar o perfil dos policiais militares quanto ao uso de substâncias psicoativas e presença de ISTs. Foram encontradas as seguintes prevalências de ISTs: HBV, 7,6%; sífilis, 6,8%; HIV, 0,5%; HCV, 0,3%. Os policiais com maior tempo de serviço e jornada de trabalho tiveram maiores taxas de ISTs, com destaque para HBV seguida de sífilis.	Brasil
6	19	MOTTA LR, et al. (2018)	Avaliar a prevalência de sífilis e obter dados acerca do conhecimento sobre ISTs e seus fatores de risco entre os recrutas alistados no Exército Brasileiro. Foram pesquisados 37.282 conscritos. As taxas estimadas de prevalência de sífilis foram de 1,63%, 1,09% e 0,62% para triagem, confirmação e sífilis ativa, respectivamente. Entre os portadores de sífilis ativa, 81,1% relataram não ter tido sífilis na vida. As maiores prevalências de sífilis confirmada foram observadas na Região Sul, seguidas pelas Regiões Norte e Sudeste.	Brasil
7	7	DEISS R, et al. (2016)	Obter melhor compreensão da prevalência de ISTs em militares para identificar onde mais dados são necessários e para potencialmente identificar áreas de intervenção. Com exceção de HIV, as taxas de ISTs específicas encontradas foram maiores entre as mulheres do que entre os homens, sequencialmente: HPV, clamídia e tricomonas. As taxas de ISTs específicas encontradas nos homens foram maiores para: clamídia, seguida de HSV e gonorreia.	Estados Unidos

Nº	Número de Referência	Autores / Ano	Principais Achados	País
8	14	MASEL J, et al., (2015)	Descrever a soroprevalência e a soroincidência dos subtipos de VP-HPV juntamente com a de HSV-1/2 e sífilis. A prevalência inicial dos subtipos de VP-HPV foi de 14,5% e a soroincidência cumulativa de nova infecção foi de 34% em um período de 10 anos. Os índices de HPV e HSV encontrados na população estudada foram maiores em comparação com a sociedade em geral.	Estados Unidos
9	31	STAHLMAN S, et al. (2014)	Identificar fatores de risco para IST autorreferidas nos últimos 12 meses e múltiplos parceiros sexuais. A prevalência de ISTs foi de 4,5% para os homens e de 6,9% para as mulheres. Os fatores de risco encontrados para ISTs foram consumo abusivo de álcool e outras drogas e contatos sexuais indesejados associados ao número de parceiros sexuais, independentemente do sexo. Foi encontrada associação entre a maior quantidade de parceiros sexuais e militares do sexo feminino em sofrimento mental.	Estados Unidos
10	13	LINDMAN JL, et al. (2013)	Analisar as taxas de prevalência de sífilis (antígeno de hemaglutinina de *Treponema pallidum* positivo / antígeno de partícula de *T. pallidum* em laboratório de pesquisa de doenças venéreas) entre policiais de Guiné-Bissau de 1990 a 2010. Naquele período, foi constatado declínio de 4,5% para 0,4% (p = 0,0065) nos casos de sífilis entre policiais de Guiné-Bissau.	Guiné-Bissau
11	24	PAGE WF, et al. (2012)	Estimar a incidência e a prevalência nacional de HSV tipos 1 e 2 entre militares na ativa nos Estados Unidos. As estimativas das taxas nacionais de soroincidência foram de 9,1/100 pessoas-ano (IC95% 4,6–13,5) para HSV-1 e 6,2/100 pessoas-ano (IC95%: 3,1–9,3) para HSV-2. Foi encontrada associação entre sexo feminino, raça negra e taxas de soroconversão para HSV-2.	Estados Unidos
12	34	VARELLA RQ, et al. (2012)	Verificar o conhecimento sobre ISTs e fatores de risco para aquisição destas entre policiais militares. Os participantes apresentam alto índice de conhecimento sobre ISTs, pois 90% deles relataram conhecer alguma delas. Entre os 38 participantes que relataram ter tido ISTs, as doenças citadas foram: sífilis (4/10,52%), gonorreia (19/50%), verruga genital/HPV (8/21,05%) e herpes genital (8/21,05%).	Brasil
13	26	PINHEIRO FKB, et al. (2011)	Verificar a presença de fatores de risco para ISTs entre policiais militares do sexo masculino. Evidenciaram-se uso de álcool e de outras drogas, múltiplos parceiros, sexo sem preservativo, demonstrando a alta suscetibilidade de contrair ISTs.	Brasil
14	12	HERNÁNDEZ-RIOS E (2011)	Determinar a prevalência de vaginite e vaginose bacteriana em policiais da província de Ica, Peru. A prevalência geral de infecção vaginal foi de 51,25%, a de vaginose bacteriana, 12,5% e a de candidíase vaginal, 11,25%.	Peru
15	1	ADJEI AA, et al.(2008)	Estimar a correlação de HIV, HBV, HCV e sífilis em amostras de presidiários e agentes de oito das dez prisões regionais em Gana. Os achados para os agentes foram: HIV, 4.9%; HCV, 18.7%; sífilis, 7.9%; HBsAg, 11,7%.	Gana
16	2	BAKARI M, et al., (2000)	Avaliar a adequação de uma coorte de policiais para ensaios de vacinas contra HIV, determinando a prevalência e a incidência da infecção por HIV1, sífilis ativa e seus fatores associados. Achados: HIV-1, 13,8% (p< 0,05); sífilis, 3,3% em homens e 1,5% em mulheres (p = 0,09).	Tanzânia

Legenda: aOR, odds ratio ajustado; HBsAg, antígeno de superfície do vírus da hepatite B; HBV, do vírus da hepatite B; HCV, do vírus da hepatite C; HIV, vírus da imunodeficiência humana; HPV, papilomavírus humano; VP-HPV, papilomavírus humano imunoprevenível; HSV, vírus herpes simplex; IC95%, Intervalo de confiança de 95%; ISTs, infecções sexualmente transmissíveis.
Fonte: Reis MA dos, et al., 2026.

Em seguida os artigos foram dispostos de acordo com o nível de evidências científicas e os fatores associados /*f* (**Quadro 3**):

Quadro 3 - Caracterização dos artigos selecionados conforme o número, a amostra, a população, o tipo de estudo, nível de evidência científica e fatores associados /*f*.

Nº	Amostra (n)	População	Tipo de estudo	Nível de evidência científica	Fatores associados/*f*
1	1.677	Militares	Estudo transversal analítico	4	A prevalência do HIV está associada a: pessoas com mais de 35 anos, casadas ou em união estável, com dependência de álcool e prática de coerção sexual.
2	47	Mulheres TSP	Estudo descritivo, exploratório de abordagem qualitativa	5	As participantes apresentaram média de 42 anos, com predomínio de mulheres solteiras, autodeclaradas brancas ou pardas, com ensino superior completo. A maioria atuava na polícia técnino-científica (PTC), principalmente no cargo de perita criminal. A maioria das participantes não possuía um conhecimento conceitual sobre o que é a sífilis. Evidencia de: sensação de invulnerabilidade; ausência do uso de preservativos por seus parceiros; e redução da efetividade das estratégias preventivas com o aumento das infecções.
3	196	Mulheres	Estudo qualitativo	5	A prevalência do HPV está associada a ausência do uso de preservativo, embora a maioria tenha relatado conhecimento prévio sobre HPV, vida sexual ativa desprotegida e diagnóstico de HPV.
4	250	Mulheres profissionais do sexo cisgênero	Estudo de coorte prospectivo observacional	3	Os resultados indicam associação polícia–cliente como uma forma de violência e vulnerabilidade às ISTs, com sexo forçado ou coagido pela polícia (aOR, 4,47; IC de 95%, 1,79–11,12; p = 0,001), maior número de práticas policiais flagrantes experimentadas (OR, 1,77; IC95%, 1,38–2,29; p < 0,001) e ter IST (aOR, 2,43; IC95%, 1,46–4,04; p = 0,001).
5	657	Policiais	Estudo transversal analítico	4	Forte correlação entre IST e HBV.
6	37.282	Conscritos	Estudo transversal	3	Os fatores independentes associados à infecção confirmada por sífilis foram: ISTs autorreferidas ao longo da vida (OR) = 7,24; P< 0,001); relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo (OR = 3,43; P = 0,001); ter a primeira relação sexual antes dos 15 anos (OR = 2,62; P = 0,04). A proporção de recrutas que relatou fazer sexo com outros homens foi de 4,3%, com prevalência estimada de sífilis neste grupo de 5,23%, 4,61% e 3,60% para rastreada, confirmada e ativa, respectivamente. Ocorreu associação entre: relação sexual com parceiros casuais no último ano (p< 0,001), relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo (p< 0,001), mais de 10 parceiros (p = 0,006) e ter relações sexuais antes dos 15 anos de idade (p = 0,003).
7	100.005	Policiais	Estudo de coorte retrospectivo	3	Maior número de anos de serviço associado com diagnósticos de IST para ambos os sexos (p< 0,001).
8	400	Policias	Estudo de coorte	3	Ter 24–27 anos de idade e soroconversão para HPV (p<0.015) e ser solteiro (p< 0.0199).
9	10250	Policiais	Estudo transversal Analítico	4	Bebida, droga ilícita e contato sexual não desejado mostraram associação com o aumento de parceiros sexuais para ambos os sexos, respectivamente: (aOR) = 1.58, 95%IC = 1.18–2.12 e aOR = 1.41, 95%IC = 1.14–1.76). Múltiplos parceiros sexuais se associou significativamente ao relato de IST entre os homens (aOR = 5.87, 95%IC = 3.70, 9,31, com ≥ 5 parceiros; aOR = 2.35, 95%CI = 1.59, 3,49, com 2–4 parceiros) e entre as mulheres (aOR = 4.78, 95%CI = 2.12, 10,80, com ≥ 5 parceiros; aOR = 2.35, 95%IC = 1.30, 4,25, com 2–4 parceiros).
10	4.792	Policiais	Estudo transversal	4	Relações sexuais de alto risco, tanto para homens quanto para mulheres, e prática sexual com profissionais do sexo têm conexão com a ocorrência da sífilis. A sífilis ativa foi associada a

Nº	Amostra (n)	População	Tipo de estudo	Nível de evidência científica	Fatores associados/*f*
					idade menor de 45 anos, infecção por HIV e etnia.
11	1.094	Policiais militares	Estudo de coorte do tipo caso controle	3	Mulheres e não hispânicos negros tiveram taxas de soroincidência significativamente mais altas para HSV-2 e diminuição de soroprevalência ao longo do tempo. A soroincidência do HSV-2 foi altamente correlacionada com comportamento sexual, e sua soroprevalência pode ser um marcador substituto de padrões de comportamento sexual.
12	291	Policiais militares	Estudo transversal	4	Existe considerável risco para aquisição de ISTs por policiais militares, pois muitos não usam preservativos, possuem parceria sexual múltipla, têm relações sexuais extraconjugais, fazem sexo em grupo e praticam relação sexual com profissionais do sexo.
13	460	Policiais militares	Estudo transversal descritivo	4	A maioria dos policiais não utiliza preservativo nas relações sexuais. Constatou-se associação entre não uso ou uso esporádico de preservativo e histórico de ISTs (p = 0,015). Entre os participates, 48,9% utilizavam preservativo em todas as relações extraconjugais, havendo significância estatística entre o não uso de preservativo nesse tipo de relação e ISTs (p = 0,03). Quando questionados sobre infidelidade, 67,4% deles afirmaram ter tido relações sexuais extraconjugais, 9,8% responderam que têm relações extraconjugais frequentemente, 18,1%, raramente e 38,9%, alguma vez na vida. Ademais, a história pregressa de ISTs apresentou associação estatisticamente significativa com comportamento sexual homo ou bissexual (p = 0,001) e sexo com homens (p = 0,001). O uso de drogas também apresentou associação estatística com a ocorrência de ISTs, entre elas cigarro ($p\leq$ 0,001), maconha ($p\leq$ 0,001) cocaína ($p\leq$ 0,001; teste exato de Fisher, IC95%) e crack ($p\leq$ 0,004; teste exato de Fisher, IC95%).
14	80	Policiais	Estudo transversal descritivo	4	Fatores predisponentes a infecções: relações sexuais desprotegidas, trabalho (passam muito tempo em pé no controle do trânsito), uso de uniformes sintéticos, calor, ignorância acerca de diferentes infecções vaginais.
15	445	Agentes prisionais	Estudo transversal multicêntrico	4	A soropositividade para HIV foi significativamente associada a status positivo de HBsAg (OR 11,1; 95%CI 6,0–16,7), soropositividade para HCV (OR 11,4; IC95% 6,2–17,5) e soropositividade para sífilis (OR 24,0; IC95% 11,4–39.6). O status positivo de HBsAg foi significativamente associado com soropositividade para HIV (OR 6,9; IC95% 4,2–11,6), soropositividade para HCV (OR 3,5; IC95% 2,2–7,6) e soropositividade para sífilis (OR 6,2; IC95% 3,5–10,9). A soropositividade para HCV foi significativamente associada com soropositividade para HIV (OR 5.3; 95%CI 2,8–9,9), status positivo de HBsAg (OR 3,2; 95%CI 2,1–7,2) e soropositividade para sífilis (OR 3,8; 95%CI 2.3–8.2). Finalmente, a soropositividade para sífilis foi significativamente associada com soropositividade para HIV (OR 14,6; IC95% 8,3–26,4), status positivo de HBsAg (OR 7,4; IC95% 3,9–13,0) e soropositividade para HCV (OR 4,7; IC95% 2,6–9,1).
16	2850	Policiais	Estudo de coorte	3	Forte Correlação entre IST e HVB.

Legenda: aOR, oddsratio ajustado; HBsAg, antígeno de superfície do vírus da hepatite B; HBV, do vírus da hepatite B; HCV, do vírus da hepatite C; HIV, vírus da imunodeficiência humana; HPV, papilomavírus humano; HSV-2, vírus herpes simplex tipo 2; OR, oddsratio; IC95%, intervalo de confiança de 95%; ISTs, infecções sexualmente transmissíveis.
Fonte: Reis MA dos, et al., 2026.

DISCUSSÃO

O gênero com maior incidência de ISTs na força policial é o masculino (DOURADO CAR de O, et al., 2024; DEISS R, et al., 2016; MASEL J, et al., 2015; MELO NETO JR, et al., 2019). Observou-se associação estatisticamente significativa entre ocorrência de ISTs e maior número de parceiros sexuais ao longo do último ano de vida (DOURADO CAR de O, et al., 2024; REIS MA dos, et al., 2023; MELO NETO JR, et al., 2019; PAGE WF; CHUBB M e FENG X, et al., 2012; VARELLA RQ, et al., 2012; ADJEI AA, et al., 2008; BAKARI M, et al., 2000).

Lindman JL, et al. (2013) e Sherman SG, et al. (2021) abordaram em seus estudos, como tema principal, o envolvimento sexual entre militares e profissionais do sexo. Esses pesquisadores descreveram os fatores motivadores para a ocorrência de relacionamentos íntimos entre militares e profissionais do sexo, que assumem comportamentos sexuais de risco, variando ora com práticas sexuais grupais, ora sem o uso de preservativos.

Os estudos analisados indicam baixa adesão ao uso de preservativos entre policiais (DOURADO CAR de O, et al., 2024; REIS MA dos, et al., 2023; MOTTA LR, et al., 2018; PINHEIRO FKB, et al., 2011), associada à manutenção de relações extraconjugais mesmo entre indivíduos casados (SHERMAN SG, et al., 2021).

As evidências, tanto nacionais (MELO NETO JR, et al., 2019; DOURADO CAR de O, et al., 2024; MOTTA LR, et al., 2018; VARELLA RQ, et al., 2012; PINHEIRO FKB; VINHOLES DB e SCHUELTER-TREVISOL F, 2011) quanto internacionais (SHERMAN SG, et al., 2021; STAHLMAN S, et al., 2014; LINDMAN JL, et al., 2013) também apontam para a ocorrência de relacionamentos com profissionais do sexo (SHERMAN SG, et al., 2021; LINDMAN JL, et al., 2013; PINHEIRO FKB, et al., 2011), bem como o uso de substâncias lícitas e ilícitas (MELO NETO JR, et al., 2019; STAHLMAN S, et al., 2014; PINHEIRO FKB, et al., 2011; ADJEI AA, et al., 2008) durante as práticas sexuais, fatores que podem potencializar a vulnerabilidade às infecções sexualmente transmissíveis.

Observa-se ainda e alta incidência e prevalência de HIV (DOURADO CAR de O, et al., 2024) e sífilis (LINDMAN JL, et al., 2013)nesses contextos, sugerindo a influência de padrões comportamentais e ocupacionais específicos na exposição ao risco (DOURADO CAR de O, et al., 2024; LINDMAN JL, et al., 2013; VARELLA RQ, et al., 2012; PINHEIRO FKB, et a., 2011; BAKARI M, et al., 2020).

No que se refere aos comportamentos sexuais associados ao risco, os estudos indicam que policiais frequentemente vivenciam longos períodos afastados do ambiente familiar, condição relacionada às especificidades da organização do trabalho policial, que pode favorecer o estabelecimento de relações com profissionais do sexo (DOURADO CAR de O, et al., 2024; SHERMAN SG, et al., 2021; LINDMAN JL, et al., 2013) e, em alguns casos, com parceiros do mesmo sexo (MOTTA LR, et al., 2018).

Tais práticas devem ser analisadas, considerando o conceito de vulnerabilidade em saúde, a interação entre fatores individuais, contextuais e socioculturais que influenciam a exposição às infecções sexualmente transmissíveis. Entre as práticas homossexuais descritas, destacam-se o sexo anal receptivo (MOTTA LR, et al., 2018) e a baixa adesão ao uso de preservativos (MOTTA LR, et al., 2018; STAHLMAN S, et al., 2014), aspectos que, associados a normas de masculinidade, estigmas relacionados à sexualidade e possíveis barreiras no acesso a estratégias preventivas, podem ampliar a vulnerabilidade nesse grupo.

Além disso a dependência de álcool e a coerção sexual são determinantes para o comportamento sexual inseguro e a prevalência das ISTs (REIS MA dos, et al., 2023). As ISTs mais prevalentes na população de policiais foram: HIV, HBsAg, anticorpos da hepatite B do tipo imunoglobulina G (Anti-HBc IgG), (anticorpos da hepatite C) Anti-HCV e sífilis, estando esta última acima dos parâmetros estabelecidos pelas agências reguladoras e estudos na área (MELO NETO JR, et al., 2019).

Tanto nas pesquisas nacionais quanto nas internacionais, o uso de drogas psicoativas, sejam lícitas ou ilícitas, favoreceu o aumento das taxas de ISTs (MELO NETO JR, et al., 2019; STAHLMAN S, et al., 2014; PINHEIRO FKB, et al., 2011; ADJEI AA, et al., 2008; BAKARI M, et al., 2000).

No que se refere ao uso de substâncias psicoativas, observou-se que drogas ilícitas, como maconha, dietilamida do ácido lisérgico (LSD), cocaína e êxtase, foram relatadas como utilizadas nas horas que antecedem ou durante o ato sexual. Em relação às substâncias lícitas, especialmente álcool e tabaco, seu consumo foi frequentemente associado à participação em práticas sexuais em grupo (MELO NETO JR, et al., 2019; ADJEI AA, et al., 2008). Esses achados sugerem a presença de contextos que podem intensificar comportamentos sexuais associados ao risco, considerando que o uso de substâncias psicoativas pode influenciar a percepção de risco, a tomada de decisão e a adesão a medidas preventivas.

O tempo de serviço e a longa permanência em horas/dia trabalhadas no sistema prisional, o baixo status socioeconômico, especialmente entre as mulheres, e os comportamentos sexuais de alto risco aumentaram a prevalência de HIV, HBV, HCV e sífilis entre os oficiais em Gana (ADJEI AA, et al., 2008). Na Tanzânia, os oficiais do sexo masculino apresentaram maior prevalência de sífilis ativa em relação aos do sexo feminino em associação com práticas sexuais de alto risco, com baixo uso de preservativos e relacionamentos extraconjugais, até mesmo com profissionais do sexo (BAKARI M, et al., 2000).

Um dado relevante observado nos estudos nacionais é que, em sua totalidade (100%), os policiais apresentaram alto índice de conhecimento sobre as ISTs (MELO NETO JR, et al., 2019). A despeito disso, nesses estudos foi relatado histórico anterior de ocorrência de tais Infecções (REIS MA dos, et al., 2023; MELO NETO JR, et al., 2019). Entre elas, destacam-se, em ordem decrescente de incidência: sífilis, gonorreia, herpes e condiloma acuminado/HPV (FERNANDES PMAP e OLIVEIRA HC de, 2022).

A análise dos estudos internacionais mostrou que, embora os TSP tenham relatado baixo conhecimento sobre as ISTs, apresentaram incidência e prevalência de infecção semelhantes àquelas encontradas nos estudos nacionais (REIS MA dos, et al., 2023). Esses resultados sugerem que o conhecimento sobre as IST, isoladamente, pode não ser suficiente para promover mudanças comportamentais capazes de reduzir a exposição ao risco. Tal achado reforça a necessidade de estratégias preventivas mais abrangentes, que integrem intervenções educativas, promoção do uso consistente de preservativos e ações voltadas à redução de práticas sexuais associadas à maior vulnerabilidade, como múltiplos parceiros sexuais (DOURADO CAR de O, et al., 2024; REIS MA dos, et al., 2023).

O presente estudo apresenta limitações relacionadas ao financiamento com recursos próprios, o que restringiu o acesso a bases e periódicos com conteúdo pago, impossibilitando a inclusão de alguns estudos potencialmente relevantes na revisão integrativa. Ademais, observa-se escassez de investigações sobre a temática, evidenciando a necessidade de novos estudos que explorem estratégias inovadoras de cuidado em saúde no contexto da segurança pública. A identificação da prevalência de ISTs, incluindo a infecção por *Treponema pallidum*, e dos fatores a elas associados, bem como a compreensão das percepções, representações e experiências subjetivas dos indivíduos em relação às suas práticas e ao contexto laboral, podem contribuir para o planejamento de políticas públicas e intervenções em saúde mais efetivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos apresentados indicam uma preocupante prevalência de ISTs entre policiais, provavelmente decorrente da adoção de comportamentos sexuais de risco, tais como o envolvimento com profissionais do sexo, relacionamentos com múltiplos parceiros sexuais e relações sexuais extraconjugais. Além disso, o baixo conhecimento sobre as ISTs por parte dos TSP evidencia a premente necessidade de intervenções educativas e de conscientização sobre a importância do uso de preservativos e de práticas sexuais seguras. As limitações inerentes ao presente estudo, como a impossibilidade de inclusão de artigos pagos e a escassez de dados sobre o tema, apontam para a importância da realização de novas pesquisas para a identificação de fatores associados. Os resultados obtidos poderão dar o suporte necessário ao desenvolvimento de políticas públicas eficazes para a prevenção e o tratamento das ISTs entre os TSP. É fundamental que medidas preventivas e de cuidados com a saúde sexual desses profissionais sejam consideradas prioritárias para a garantia de sua saúde e bem-estar e para a manutenção da segurança pública.

REFERÊNCIAS

1. ADJEI AA, et al. Correlates of HIV, HBV, HCV and syphilis infections among prison inmates and officers in Ghana: A national multicenter study. BMC Infect Dis., 2008; 8(33): 1-12.
2. BAKARI M, et al. The prevalence and incidence of HIV-1 infection and syphilis in a cohort of police officers in Dar es Salaam, Tanzania: a potential population for HIV vaccine trials. AIDS, 2000; 14(3): 313-20.
3. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. PORTARIA Nº- 3.242, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2011 - Dispõe sobre o Fluxograma Laboratorial da Sífilis e a utilização de testes rápidos para triagem da sífilis em situações especiais e apresenta outras recomendações. 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3242_30_12_2011.html. Acessado em: 12 de junho de 2024.
4. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial União. 15 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 15 de junho de 2024.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para prevenção da transmissão vertical de HIV, sífilis e hepatites virais. Brasília, DF, Brasil: Ministério da Saúde; 2015. Disponível em: http://www.vs.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/pcdt_transmissao_vertical.pdf. Acessado em: 15 de junho de 2024.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Assuntos Administrativos. Regimento Interno do Ministério da Saúde: Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016. Brasília, DF, Brasil: Ministério da Saúde; 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/regimento_interno_ministerio_saude.pdf. Acessado em: 15 de junho de 2024.
7. DEISS R, et al. The association between sexually transmitted infections, length of service and other demographic factors in the U.S. Military. PLoS One, 2016; 11(12): e0167892.
8. DOURADO CARO, et al. Comportamento sexual inseguro como preditor da vulnerabilidade individual ao HIV em militares das forças armadas brasileiras. Revista Eletrônica Acervo Saúde, 2024; 24(5): e14797.
9. ESCALDELAI FMD, et al. Avaliação de validade de um sistema computacional na identificação de estudos duplicados. Esc Anna Nery [Internet], 2023; 27: e20220143.
10. FERNANDES PMAP e OLIVEIRA HC de. HPV e câncer do colo do útero: um estudo do entendimento de mulheres em formação militar no Rio Grande do Norte. RECISATEC [Internet], 2022; 2(8): e28172.
11. FUTINO RS e DELDUQUE, MC. Saúde mental no trabalho de segurança pública: estudos, abordagens e tendências da produção de conhecimento sobre o tema. Cad Ibero-Am Dir Sanit., 2020; 9(2): 116-34.
12. HERNÁNDEZ-RIOS E. Prevalencia de vaginitis y vaginosis bacteriana en personal policial de la provincia de Ica, Perú. Rev Méd Panacea, 2011; 1(2): 40-3.
13. LINDMAN JL, et al. Declining prevalence rates of syphilis among police officers in Guinea-Bissau, West Africa, 1990-2010. Sex Transm Dis., 2013; 40(10): 794-6.
14. MASEL J, et al. Seroprevalence and seroincidence of herpes simplex virus (2006-2010), syphilis (2006-2010), and vaccine-preventable human papillomavirus subtypes (2000-2010) among US military personnel. Sex Transm Dis., 2015; 42(5): 253-8.
15. MELO NETO JR, et al. Psychoactive substances and sexually transmitted infections among military police officers from central-western, Brazil. Biosci J. 2019; 35(3): 957-66.
16. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BR). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) [internet]. [Brasília]: Ministério da Saúde (BR); 2020. Disponível em: https://www-periodicos-capes-gov-br.ez333.periodicos.capes.gov.br/index.php?. Acessado em: 10 de novembro de 2025.
17. MOOLA S, et al. Chapter 7: Systematic reviews of etiology and risk. In: Aromataris E, Munn Z, eds. JBI Manual for Evidence Synthesis. Adelaide, Australia: Joanna Briggs Institute, 2020.
18. MOTHER D, et al. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. PLoS Med., 2009;6(7): e1000097.

19. MOTTA LR, et al. Syphilis prevalence and risk factors among young men presenting to the Brazilian Army in 2016: Results from a national survey. Medicine, 2018; 97(47): e13309.
20. NEWMAN L, et al. Global estimates of the prevalence and incidence of four curable sexually transmitted infections in 2012 based on systematic review and global reporting. PLoS ONE. 2015; 10(12): e0143304.
21. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Organização Pan-Americana da Saúde Representação no Brasil. Doenças transmissíveis e análise de situação saúde: Relatório técnico 66: Controle de DST/HIV/AIDS e hepatites virais. Brasília, DF, Brasil: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais – DIAVH; 2018. Disponível em: https://www.paho.org/pt/documentos/relatorio-tecnico-do-termo-cooperacao-no-66-controle-dsthivaids-e-hepatites-virais-1. Acessado em: 15 de junho de 2024.
22. OUZZANI M, et al. Rayyan a web and mobile app for systematic reviews. Systematic reviews [internet]. 2016; 5: 1-0.
23. PAGE MJ, et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. Br Med J., 2021; 372: n71.
24. PAGE WF, et al. National estimates of seroincidence and seroprevalence for herpes simplex vírus type 1 and type 2 among US military adults aged 18 to 29 years. Sex Transm Dis., 2012; 39(4): 241-50.
25. PEREIRA GK, et al. Perfil epidemiológico de agravos à saúde em policiais e bombeiros. Rev Psicol Saúde, 2021; 13(4): 91-106.
26. PINHEIRO FKB, et al. Risco de doenças sexualmente transmissíveis entre policiais militares. DST J Bras Doenças Sex Transm., 2011; 23(3): 134-7.
27. REIS MA, et al. Vulnerability of police officers to sexually transmitted infections: protocol for systematic review and meta-analysis. 2024.
28. REIS MA, et al. Treponema pallidum: percepção de vulnerabilidade à infecção pelas mulheres trabalhadoras da segurança pública de Goiás. SaudPesq [Internet], 2023; 16(4): 1-19.
29. SHERMAN SG, et al. The role of sexually transmitted infections in police as clients among street-based female sex workers in Baltimore City. Sex Transm Dis., 2021; 48(1): 12-18.
30. SOUZA ER, et al. Consumo de substâncias lícitas e ilícitas por policiais da cidade do Rio de Janeiro. Ciênc Saúde Coletiva, 2013; 18(3): 667-76.
31. STAHLMAN S, et al. Self-reported sexually transmitted infections and sexual risk behaviors in the US military: how sex influences risk. Sex Transm Dis., 2014; 41(6): 359-64.
32. STETLER CB, et al. Utilization-focused integrative reviews in a nursing service. ApplNurs Res., 1998; 11(4): 195-206.
33. STETLER CB, et al. Utilization-focused integrative reviews in a nursing service. ApplNurs Res., 1998; 11(4): 195-206.
34. VARELLA RQ, et al. STD knowledge amongst the 10th Military Unit Police Officers of the state of Rio de Janeiro. DST J Bras Doenças Sex Transm., 2012; 24(3): 171-4.
35. WHITTEMORE R e KNAFL K. The integrative review: updated methodology. Journal of advanced nursing [internet], 2005; 52(5): 546-53.
36. WIHLFAHRT K, et al. Sexually transmitted diseases-an update and overview of current research. Diagnostics (Basel), 2023; 13(9): 1656.
37. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Sexually transmitted infections (STIs). Genebra, Suíça: World Health Organization; Updated 22 August February, 2022. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/sexually-transmitted-infections-(STIs). Acessado em: 13 de junho de 2024.
38. ZEMKE JN, et al. The double-edged sword of military response to societal disruptions: A systematic review of the evidence for military personnel as pathogen transmitters. J Infect Dis., 2019; 220: 1873-84.